



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2024

Fundação Piauí Previdência – PIAUÍPREV Concurso Público para o Provimento de Cargos Analista Previdenciário

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Montesquieu foi escritor e filósofo francês e um dos principais Iluministas.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

“Fala, amendoeira”

Este ofício de rabiscar sobre as coisas do tempo exige que prestemos alguma atenção à natureza. Abrindo a janela, o cronista pousou a vista nas árvores, que estavam todas verdes, menos uma. Essa ostentava algumas folhas amarelas e outras já estriadas de vermelho, numa gradação fantasista que chegava mesmo até o marrom – cor final de decomposição, depois da qual as folhas caem. E como o cronista lhe perguntasse – fala, amendoeira! – por que fugia ao rito de suas irmãs, adotando vestes assim particulares, a árvore pareceu explicar-lhe:

– Não vês? Começo a outonear. É 21 de março, data que as folhinhas assinalam o equinócio de outono. Cumpro meu dever de árvore.

– E vais outoneando sozinha?

– Na medida do possível. Anda tudo muito desorganizado e, como deves notar, trago comigo um resto de verão, uma antecipação da primavera, e mesmo, se reparares bem neste ventinho que me fustiga, uma suspeita de inverno.

– Somos todos assim.

– Os homens, não. Em ti, por exemplo, o outono é manifesto e exclusivo. Acho-te bem outonal, meu filho, e teu trabalho é exatamente o que os autores chamam de outonada: são frutos colhidos numa hora da vida que já não é clara, mas ainda não se dilui em treva. Repara que o outono é mais estação da alma que da natureza.

– Não me entristeça.

– Não, querido, sou tua árvore da guarda e simbolizo teu outono pessoal. Quero apenas que outonizes com paciência e doçura. O dardo de luz fere menos, a chuva dá às frutas seu definitivo sabor. As folhas caem, é certo, e os cabelos também, mas há alguma coisa de gracioso em tudo isso: parábolas, ritmos, tons suaves... Outoniza-te com dignidade, meu velho.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Fala, amendoeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-14)

1. Caso o autor do texto optasse pelo uso do **discurso indireto**, o segmento **Em ti, por exemplo, o outono é manifesto e exclusivo. Acho-te bem outonal** adotaria a seguinte redação:

A árvore me contestou dizendo que

- (A) em mim, por exemplo, a quem achava outonal, o outono era manifesto e exclusivo.
- (B) a exemplo de mim, o outono era manifesto e exclusivo, tão outonal quanto eu.
- (C) teu outono, por exemplo, sendo manifesto e exclusivo, acho bem outonal.
- (D) teu exemplo, manifesto e exclusivo, ela achava suficientemente outonal.
- (E) tal como um exemplo meu, seu outono era também manifesto e exclusivo.

2. O texto se constrói na forma de um diálogo, no qual

- (A) o cronista e a natureza se identificam plenamente por conta da simplicidade que marca ambos os temperamentos.
- (B) o cronista encontra na natureza uma exata correspondência com a natureza de seu caráter pessoal.
- (C) o gênero da crônica é visto como ideal para se imaginar a natureza para muito além de sua manifestação física.
- (D) a natureza e o cronista consideram a aproximação e a distinção entre suas respectivas qualidades.
- (E) a natureza se apresenta como uma força inteiramente alheia à realidade existencial do sensível cronista.

3. Ao dirigir-se ao cronista dizendo que nele “o outono é manifesto e exclusivo” (6º parágrafo), a natureza se apoia na convicção de que esse escritor

- (A) guarda um complexo de emoções que o impedem de ser uma pessoa natural.
- (B) se constitui como uma combinação entre elementos de diferentes estações.
- (C) está num momento da vida em que se transita com serenidade de um estado a outro.
- (D) se distingue dos homens comuns por conta da intensidade máxima de suas paixões.
- (E) desfruta ainda de uma certa imaturidade que lhe traz vantagens excepcionais.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *é mais estação da alma que da natureza* (6º parágrafo) = é condição mais natural do que anímica
- (B) *estriadas de vermelho, numa gradação fantasista* (1º parágrafo) = isentas de rubor, numa progressão ilusória
- (C) *adotando vestes assim particulares* (1º parágrafo) = ostentando trajes tão convencionais
- (D) *se reparares bem neste ventinho que me fustiga* (4º parágrafo) = se bem atentares para esta aragem consoladora
- (E) *mas ainda não se dilui em treva* (6º parágrafo) = mesmo que por ora não se dissolva na escuridão



5. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) É visível a compaixão com cuja a árvore se dirige àquele outro ser outonal.
- (B) Escrever crônicas é um ofício que seu cumprimento exige atenção à natureza.
- (C) A amendoeira onde seus encantos cativou o autor se tornou protagonista da crônica.
- (D) As qualidades de que se revestia a amendoeira faziam-na uma árvore toda especial.
- (E) Já no título da crônica atribui-se naquela árvore a força de uma personificação.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Cumprem às pessoas outonais cultivar sentimentos discretos e ideias bem ponderadas.
- (B) Impõe-se que prestem atenção à natureza os que têm como ofício escrever crônicas.
- (C) No arvoredo, que ele diviso na paisagem, avultou as qualidades de uma amendoeira.
- (D) As vestes particulares que adotavam aquela árvore tornava-a bastante singular.
- (E) Deveram-se a um complexo de fatores o outono tão especial daquela amendoeira.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

“Que menino especula!”

Eu era um menino muito perguntador, como quase todas as crianças, e volta e meia tinha que ouvir de um adulto: – Mas você é especula, hein? E eu via logo que ser um menino “especula” não devia ser muito bonito. Nem por isso guardava minhas armas de perguntador: continuava a especular sobre tudo o que não entendia. Eu ainda não conhecia a réplica justa a quem me acusasse de especula: – Mas perguntar não ofende...

Mais tarde tive a minha vingança. Aprendi que especular é investigar, pesquisar, refletir... Aprendi mais: que os homens muito curiosos, de muito antigamente, olhavam os astros no céu pra ver se entendiam a formação de suas andanças no espaço, seus movimentos regulares. Não contando ainda com a sofisticação de telescópios, valiam-se os antigos de um espelho, um “speculum”, que fixavam no chão apontado para o alto. Na superfície plana do espelho refletiam-se os astros iluminados no céu, e nela os astrônomos pioneiros iam marcando a posição e os movimentos dos corpos celestes. Era isso o que também se entendia por especular: observar algo por meio do reflexo de um espelho. Os primeiros astrônomos foram grandes especulas.

Com o tempo, especulação passou a designar um processo mental abstrato, que formula hipóteses e elabora ideias. Pensamento especulativo, para muitos, é o princípio mesmo da inquirição filosófica,

Portanto, fui mesmo, e com muita honra, um menino especula, sim senhor. Como quase todas as crianças, estava interessado em saber quanta coisa havia entre o céu e a terra que ia além da nossa filosofia, ou dos nossos olhos terrestres. Da minha maneira, acionava o espelho da minha curiosidade para saber mais coisas dos astros do céu, do tempo cósmico, do destino das esferas – coisas que mesmo um telescópio espacial está longe de conseguir esclarecer, para poder satisfazer os eternos meninos especulas.

(Alcebiades Villanova, a editar)

7. No último parágrafo, indica-se uma perfeita compreensão de um segmento textual em:
- (A) *para poder satisfazer os eternos meninos especulas* = de modo a corresponder à permanente curiosidade especulativa dos meninos
- (B) *Portanto, fui mesmo, e com muita honra, um menino especula* = Apesar do vexame, acabei me conformando com aquele defeito
- (C) *quanta coisa havia entre o céu e a terra que ia além da nossa filosofia* = tomava a filosofia como uma constatação do que havia no espaço
- (D) *acionava o espelho da minha curiosidade para saber mais coisas* = buscava explorar as camadas da minha própria imagem no espelho
- (E) *coisas que mesmo um telescópio espacial está longe de conseguir esclarecer* = até onde um telescópio potente capte com máxima fidelidade
-
8. No contexto dado, o elemento sublinhado é utilizado com sentido pejorativo neste segmento:
- (A) *Pensamento especulativo, para muitos, é o princípio mesmo da inquirição filosófica.* (3º parágrafo).
- (B) *Mas você é especula, hein?* (1º parágrafo).
- (C) *Os primeiros astrônomos foram grandes especulas.* (2º parágrafo).
- (D) *Aprendi que especular é investigar, pesquisar, refletir.* (2º parágrafo).
- (E) *Era isso o que também se entendia por especular.* (2º parágrafo).
-
9. Ao longo do tempo, a compreensão do termo *especula*, para o autor do texto,
- (A) esmoreceu e perdeu a expressão, quando ele confirmou a raiz mesma de seu sentido.
- (B) manteve-se tão somente no sentido que lhe davam os que o acusavam quando menino.
- (C) foi assimilada como uma acusação progressiva, mesmo quando já era elogiosa.
- (D) desdobrou-se em sentidos vários, culminando por ser o reconhecimento de uma virtude.
- (E) desde sempre lhe pareceu abonadora, pois o distinguia de todos os outros meninos.



10. No contexto dado, há emprego de uma expressão com sentido conotativo na frase:
- (A) (...) *acionava o espelho da minha curiosidade para saber mais coisas.*
 - (B) *Eu era um menino muito perguntador, como quase todas as crianças.*
 - (C) (...) *continuava a especular sobre tudo o que não entendia.*
 - (D) *Na superfície plana do espelho refletiam-se os astros iluminados.*
 - (E) *Com o tempo, especulação passou a designar um processo mental abstrato.*
-
11. É plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na seguinte construção:
- (A) Estou interessado em saber o que houvesse entre o céu e a terra, além do que ensinasse a nossa filosofia.
 - (B) Eu entendi que ser especula não devesse ser muito elogioso, sobretudo quando sou assim acusado.
 - (C) Os homens mais curiosos analisavam os astros na esperança de que viessem a entender seus périplos no céu.
 - (D) Os antigos valiam-se de um espelho quando pretendam demarcar a posição e os movimentos dos astros.
 - (E) Especular passou a ser um processo que formulara hipóteses e ideias que instiguem a curiosidade humana.
-
12. Há plena clareza, coesão e coerência na construção da seguinte frase:
- (A) Não deixa de ser engenhoso a recorrência a um espelho para buscar localização mais privilegiada no tocante aos astros.
 - (B) Os meninos perguntadores tem quem lhes veja só o defeito da curiosidade ao em vez de louvar sua fome de conhecimento.
 - (C) A vingança aonde refere o autor foi quando ele passou a ver que mesmo uma palavra como especula possa ter um sentido positivo.
 - (D) Embora eles não tivessem telescópios, os antigos por conseguinte podiam se valer de espelhos ao tentar marcar o movimento astrológico.
 - (E) O texto mostra como o sentido de uma palavra, ao longo do tempo, ganha nuances bastante particulares, por vezes surpreendentes.

Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

13. Num evento beneficente, a comissão organizadora sugeriu aos participantes uma doação de R\$ 300,00. Ao final, verificou-se que:
- 10% dos participantes não fizeram doação;
 - 20% dos participantes optaram pelo valor integral sugerido pela comissão;
 - dentre os participantes restantes, metade doou um terço do valor sugerido e a outra metade doou dois terços do valor sugerido.
- O valor médio das doações arrecadadas pela comissão foi
- (A) R\$ 180,00
 - (B) R\$ 130,00
 - (C) R\$ 165,00
 - (D) R\$ 142,00
 - (E) R\$ 150,00
-
14. Numa pesquisa de preços, dois produtos foram encontrados em promoção. Para o primeiro produto a oferta era "leve 4 e pague 3" e para o segundo, "leve 3 e pague 2", com custos unitários promocionais anunciados de R\$ 15,00 e R\$ 20,00, respectivamente. Na compra de uma unidade de cada produto, a economia propiciada pela promoção, em relação ao valor normal a ser pago por ambos é
- (A) 35%
 - (B) 30%
 - (C) 15%
 - (D) 18%
 - (E) 20%
-
15. O plano de metas para a produção de uma fábrica para os próximos quatro anos prevê um crescimento de 20% ao ano, ou seja, ao final de cada ano, a produção deverá ter aumentado 20% em relação ao valor final da produção do ano anterior. Ao final do quarto ano, a variação da produção estimada pelo plano de metas em relação ao valor inicial de implementação do plano, corresponde a um aumento de
- (A) 214,82 % em relação ao valor inicial.
 - (B) 172,80% em relação ao valor inicial.
 - (C) 96,74% em relação ao valor inicial.
 - (D) 120,03% em relação ao valor inicial.
 - (E) 107,36% em relação ao valor inicial.
-
16. Um dado tem 6 faces numeradas de 1 a 6. Para esse dado, sabe-se que, ao jogá-lo, a probabilidade de sair uma face par é o dobro da probabilidade de sair uma face ímpar. A probabilidade de sair 1 ou 4 ao jogarmos esse dado é
- (A) $\frac{1}{3}$
 - (B) $\frac{1}{6}$
 - (C) $\frac{1}{2}$
 - (D) $\frac{1}{9}$
 - (E) $\frac{2}{3}$



17. Doze amigos foram jantar juntos. Uma especialidade da casa foi escolhida por 8 dentre eles, uma sopa foi pedida por 5 dos participantes e 7 pediram uma salada. Todos fizeram pelo menos um pedido, nenhum dos participantes do jantar pediu dois pratos distintos ou pediu duas porções do mesmo prato. Quantos participantes pediram três pratos distintos?
- (A) 5
(B) 7
(C) 2
(D) 4
(E) 6
-
18. Sabe-se que as alturas dos praticantes de boxe distribuem-se segundo uma curva normal com média desconhecida e desvio-padrão de 9 cm. Em um estudo, a partir de uma amostra com 64 atletas, construiu-se o intervalo de confiança [163,16;166,84] para a média das alturas. Repetiu-se o estudo com uma nova amostra de tamanho quatro vezes maior e foi obtida a mesma média amostral. Mantendo o mesmo nível de confiança do intervalo anterior, o novo intervalo de confiança para a média das alturas é dado por
- (A) [164,08; 165,92]
(B) [162,08; 165,92]
(C) [163,16; 166,84]
(D) [161,16; 168,84]
(E) [164,84; 165,16]

Tecnologia da Informação

19. Considere a tabela no Excel do Office 365, em português.

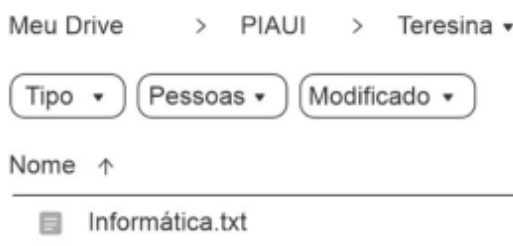
	A	B	C
1	Nome	Idade	Sexo
2	Ana	28	Feminino
3	Bruno	39	Masculino
4	Carlos	18	Masculino
5	Fernanda	25	Feminino
6	Patrícia	31	Feminino
7	Camila	35	Feminino

A função que retorna a média das idades apenas para o sexo Feminino é

- (A) =MÉDIASE(C2:C7;"Feminino";B2:B7)
(B) =MÉDIA(B2:B7;SE(C2:C7);"Feminino")
(C) =SOMASE(B2:B7;"Feminino";C2:C6)/6
(D) =SOMASE(C2:C7="Feminino"; média(B2:B7))
(E) =MÉDIASE(C2:C7="Feminino";B2:B7)
-
20. No sistema operacional Windows 11, aberto e funcionando em condições ideais, um analista pressionou simultaneamente as teclas `ctrl + shift + n` na área de trabalho e, posteriormente, realizou o mesmo procedimento no navegador web padrão, tendo como resultado a
- (A) criação de um Atalho na Área de Trabalho e abertura de uma nova aba em modo privativo no navegador padrão.
(B) criação de nova pasta na Área de Trabalho e abertura de uma nova janela *InPrivate* no navegador padrão.
(C) seleção de todas as pastas e arquivos da Área de Trabalho e abertura de uma nova aba no navegador padrão.
(D) seleção de todas as pastas e arquivos da Área de Trabalho e abertura de uma nova janela em modo privado no navegador padrão.
(E) criação de um arquivo do tipo `.txt` na Área de Trabalho e abertura de uma nova janela no navegador padrão.
-
21. A partir do Microsoft Word 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, um analista precisa dividir um texto em duas colunas igualmente espaçadas. Para isso ele deve
- (A) acessar a guia *Layout*, clicar no grupo *Configurar Página* e selecionar *Duas em Colunas*.
(B) selecionar o texto, clicar na aba *Inserir* e selecionar *Duas em Colunas*.
(C) acessar a aba *Inserir*, clicar em *Adicionar colunas* e selecionar o texto a ser dividido.
(D) selecionar o texto, clicar na aba *Layout* e na opção *Colunas* digitar o número 2.
(E) selecionar o texto, clicar em *Parágrafo* na aba *Página Inicial* e na opção *Colunas* digitar o número 2.



22. No Google Drive do Google Workspace, em português, o arquivo `Informática.txt` está localizado no caminho mostrado abaixo.



Considerando que o Google Drive está aberto e funcionando em condições ideais, o procedimento para criar um atalho do arquivo `Informática.txt` na pasta `PIAUI` é

- (A) clicar com o botão direito na pasta `PIAUI` e selecionar `Criar um atalho`. Na sequência, navegar até o arquivo `Informática.txt` e clicar em `Enviar`.
- (B) acessar a pasta `Teresina` e clicar com o botão direito no arquivo `Informática.txt`. Na sequência, selecionar `Copiar para`, escolher a pasta `PIAUI` e clicar em `Adicionar Atalho`.
- (C) acessar a pasta `PIAUI`, clicar com o botão direito na pasta `Teresina`. Na sequência, selecionar `Criar atalho para o arquivo Informática.txt`.
- (D) clicar com o botão direito no arquivo `Informática.txt`, selecionar a opção `Organizar` e selecionar `Adicionar Atalho`. Na sequência, selecionar a pasta `PIAUI` e clicar em `Adicionar`.
- (E) acessar a pasta `Teresina` e clicar com o botão direito no arquivo `Informática.txt`. Na sequência, selecionar `Mover para`, escolher a pasta `PIAUI` e clicar em `Criar Atalho`.

Legislação Estadual

23. Nos termos da Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí (Lei nº 7.884/2022),
- (A) o Poder Executivo não terá acesso permanente a todas as contas das entidades da Administração Indireta, mas apenas àquelas imprescindíveis ao regular funcionamento das entidades.
 - (B) as entidades da Administração Indireta vinculam-se às Secretarias de Estado, para efeito de controle e fiscalização.
 - (C) a Administração Indireta constitui-se de entidades instituídas por lei para descentralizar a ação do Poder Executivo, sob regime de dependência funcional controlada.
 - (D) a Administração Indireta compreende exclusivamente as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
 - (E) atos do Poder Legislativo estadual estabelecerão a vinculação das entidades da Administração Indireta aos órgãos da Administração Pública.

24. Considere.

- I. O Governador do Estado não pode se ausentar do Estado por mais de quinze dias consecutivos, nem do País, por qualquer prazo, sem prévia autorização da Assembleia Legislativa, sob pena de perda do mandato.
- II. Aplicam-se ao Governador e ao Vice-Governador, no que couber, as proibições e impedimentos estabelecidos para os Deputados Estaduais.
- III. Compete privativamente ao Governador do Estado, dentre outras atribuições, prestar, semestralmente, à Assembleia Legislativa, dentro de cento e vinte dias após a abertura do período legislativo, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar, no mesmo ato, os relatórios circunstanciados sobre a execução dos planos de governo.

Segundo a Constituição do Estado do Piauí, está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.



25. Considere duas situações hipotéticas: Ares é servidor público do Estado do Piauí e está em gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família. Já Hermes, também servidor público do Estado do Piauí, dentro de sessenta dias do término de sua licença, obteve outra licença da mesma espécie. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Piauí (Lei Complementar nº 13/1994), Ares
- (A) não poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença, e a licença obtida por Hermes será considerada como prorrogação.
 - (B) poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença, e a licença concedida a Hermes foi equivocada, tendo em vista que a Lei veda licença da mesma espécie enquanto não decorrido o intervalo de 120 dias da anterior, ainda que preenchidos os demais requisitos legais.
 - (C) poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença, e a licença obtida por Hermes será considerada como prorrogação.
 - (D) poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença, e a licença obtida por Hermes será considerada uma nova licença, pois apenas a licença concedida dentro de cinquenta dias do término de outra da mesma espécie é considerada como prorrogação.
 - (E) não poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença, e a licença obtida por Hermes será considerada uma nova licença.
-
26. De acordo com a Lei do Processo Administrativo do Estado do Piauí (Lei nº 6.782/2016), as decisões dos Secretários de Estado ou dirigente máximo da entidade pública
- (A) poderão ser revistas exclusivamente por meio de recurso, que deverá ser interposto no prazo improrrogável de cinco dias.
 - (B) poderão ser revistas exclusivamente por meio de recurso, que deverá ser interposto no prazo improrrogável de quinze dias.
 - (C) não poderão ser revistas, conforme expressa previsão legal.
 - (D) poderão ser revistas por meio de pedido de reconsideração, fundado em fato ou fundamento jurídico novo e incontroverso nos autos, mas não analisado na decisão.
 - (E) poderão ser revistas por meio de pedido de reconsideração, fundado em fato ou fundamento jurídico controverso nos autos, independentemente de já ter sido analisado na decisão.
-

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

27. A passagem da Coluna Prestes pelo estado do Piauí, em 1925, foi um evento histórico marcante para a população das localidades que presenciaram esse episódio, pois
- (A) os membros da Coluna travaram conflitos violentos com as forças legalistas, apoiadas por parte da população que se encontrava atemorizada pela suposta invasão e pouco informada sobre os propósitos daquele grupo armado.
 - (B) os integrantes da Coluna Prestes fizeram um cerco à cidade de Teresina durante dias, causando grande destruição, até sua retirada para o Maranhão, de onde prosseguiram para o Ceará.
 - (C) os populares, principalmente os moradores das áreas rurais, se identificaram com os ideais e propósitos do movimento Tenentista, aderindo em massa à revolta apregoada pela Coluna contra o poder local, o que impulsionou a continuidade da marcha por outros estados do Nordeste.
 - (D) o governo se serviu da divulgação de rumores falsos a respeito da Coluna, angariando apoio para o combate dos milhares de integrantes fortemente armados que a compunham, uma vez que seu líder, Luís Carlos Prestes, tinha financiamento do Partido Comunista.
 - (E) o bando de Lampião, contratado pelo governo, foi responsável por perseguir e desmembrar a Coluna no Piauí, onde aprisionaram o líder Juarez Távora, resultando no fim da unidade do grupo, que precisou se dividir ao fugir.
-
28. Durante o período colonial, na região onde é hoje o Piauí, a atividade pecuária
- (A) foi responsável pelo desenvolvimento de uma tradição cultural centrada no vaqueiro e pelo surgimento de grandes núcleos urbanos no século XVIII em virtude do capital movimentado pelo comércio do couro e de outros produtos derivados da pecuária.
 - (B) tornou-se a principal atividade econômica local, favorecida pela existência de bacias hidrográficas como as dos rios São Francisco e Parnaíba, sendo responsável por parte do abastecimento de uma vasta área que compreende hoje Maranhão, Bahia, dentre outras localidades.
 - (C) foi introduzida pelo sertanista Domingos Afonso Mafrense, que, juntamente com outros bandeirantes, não alcançou seu objetivo de explorar minérios e instalou sesmarias para criação de gado, disputando, em desvantagem, esse mercado com a Companhia de Jesus no final do século XVIII.
 - (D) servia exclusivamente à economia local e atendia às demandas dos inúmeros engenhos de cana de açúcar, que dependiam da tração animal para a produção e para o transporte da mercadoria até os portos de onde seria exportada.
 - (E) expandiu-se tardiamente, já no século XIX, como uma atividade itinerante e com o declínio da produção canieira, visto que essa cultura, assim como a do algodão e a do cacau, eram as principais atividades econômicas locais.
-



29. Considere as afirmações a seguir sobre o poeta, jornalista e músico piauiense Torquato Neto, que teve papel relevante na cena cultural brasileira nos anos 1960.
- I. Torquato de Araújo Neto participou do movimento tropicalista, é autor do livro *Os últimos dias de Paupéria* e há referências em sua obra musical a sua cidade natal, Teresina, como na canção *A Rua*, composta em parceria com Gilberto Gil, na qual temos, por exemplo, os versos: "É Parnaíba passando/ separando a minha rua/ das outras, do Maranhão".
 - II. A trajetória de Torquato no meio artístico e jornalístico ocorreu no exílio, devido ao contexto do regime militar, culminando em sua morte precoce em 1972, em razão da repressão à militância política em organizações de luta armada que manteve ao longo de sua vida, desde sua fase de estudante secundarista no Piauí.
 - III. A letra da canção *Cajuína*, de Caetano Veloso, composta após seu encontro com o pai de Torquato, anos após sua morte, faz referência ao poeta (o "menino infeliz") e a uma bebida de origem indígena, típica da cultura piauiense.
 - IV. O movimento tropicalista foi uma expressão folclórica que surgiu na Bahia e migrou para o Sudeste, onde os integrantes baianos tiveram contato com Torquato Neto, cujas músicas valorizavam manifestações culturais importantes do Nordeste, caso do *Bumba meu boi*, patrimônio imaterial do Piauí.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II, III e IV.

30. Considere a tabela.

Municípios com a maior proporção de população indígena em relação ao total da população do município – Piauí – 2022

Classificação	Município	Variável		
		Pessoas indígenas (Pessoas)	Total de população residente no município (Pessoas)	Proporção de pessoas indígenas no total da população residente (%)
1	Lagoa de São Francisco (PI)	681	6.331	10,76
2	Currais (PI)	324	4.844	6,69
3	Paulistana (PI)	628	21.055	2,98
4	Baixa Grande do Ribeiro (PI)	291	13.272	2,19
5	Piripiri (PI)	1.370	65.450	2,09
6	Queimada Nova (PI)	174	8.738	1,99
7	Bom Jesus (PI)	321	28.799	1,11
8	Uruçuí (PI)	262	25.203	1,04
9	Santa Filomena (PI)	45	6.087	0,74
10	Fartura do Piauí (PI)	32	5.284	0,61

A partir dos dados do IBGE, do ano de 2022, e do conhecimento sobre a geografia do Piauí,

- (A) Lagoa de São Francisco, que abriga o Museu dos Povos Indígenas, ainda que não tenha a maior população indígena do estado, apresenta a proporção mais alta de pessoas indígenas em relação à população do município.
- (B) os dois municípios com maior proporção de indígenas estão na região norte do estado, dado que revela que a concentração de aldeias é maior quanto mais próximo ao litoral.
- (C) a soma das porcentagens de indígenas demonstradas pelo Censo nos dez municípios, e sua distribuição geográfica por todo o estado, colocam o Piauí como um dos cinco estados brasileiros com maior número de pessoas que se autodeclararam indígenas.
- (D) Piripiri, o município mais populoso do Piauí em indígenas, abriga o povo Guajajara, que ocupa a área de fronteira com o Maranhão, enquanto Fartura do Piauí, no sudoeste piauiense, tem o menor número de pessoas indígenas no estado.
- (E) os três municípios com maior número absoluto de pessoas indígenas, procedentes dos povos Tabajara, Gamela e Kariri, localizam-se ao norte e a sudoeste do estado e possuem reservas indígenas demarcadas e reconhecidas pela Funai.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Projeto de lei estadual pretende estender, para exercentes de atividades administrativas e técnico-pedagógicas nas escolas, a redução na idade mínima estabelecida para profissionais do magistério, para fins de aposentadoria, diferindo do que é estabelecido, em lei federal, relativamente à definição do que sejam funções de magistério para esse fim. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referido projeto
- (A) é inconstitucional, por invadir competência legislativa da União, embora, no mérito, seja admissível a extensão pretendida.
 - (B) é inconstitucional, por ofender o núcleo da disposição constitucional que restringe a aposentadoria especial a funções de magistério, embora seja de competência do Estado legislar sobre os requisitos de idade e tempo de exercício para aposentadoria especial de seus servidores que exerçam funções de magistério.
 - (C) é inconstitucional, por ofender o núcleo da disposição constitucional que restringe a aposentadoria especial a funções de magistério, ademais de invadir competência legislativa da União.
 - (D) insere-se na competência do Estado para dispor sobre os requisitos para aposentadoria especial, relativamente a seus servidores, e será constitucional, desde que se trate de projeto de lei complementar.
 - (E) insere-se na competência do Estado para dispor sobre os requisitos para aposentadoria especial, relativamente a seus servidores, e será constitucional, desde que se trate de projeto de iniciativa do Governador do Estado.

32. O Ministério Público está legitimado a ajuizar ação civil pública visando à:
- I. defesa de direitos sociais relacionados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - II. anulação de ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
 - III. anulação de ato do Estado que concede benefício fiscal a determinada empresa, com base em previsão legal cuja constitucionalidade é questionada.
 - IV. execução de decisão de responsabilização de gestor público à condenação patrimonial, proferida por tribunal de contas.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma APENAS em

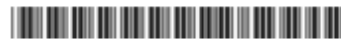
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, II e III.
33. A Assembleia Legislativa de determinado Estado aprovou, e o Governador sancionou, projeto de lei de iniciativa de Deputado Estadual, introduzindo alteração na lei que institui regime de previdência complementar para servidores públicos estaduais, para o fim de estabelecer que todos os ocupantes de cargo efetivo com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social serão automaticamente inscritos no plano de previdência complementar, independentemente da data de ingresso no serviço público.
- Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a alteração promovida na legislação é
- (A) inconstitucional: formalmente, por violar iniciativa privativa do chefe do Executivo para a matéria, vício que não se convalida com a sanção governamental; e materialmente, por atingir os ocupantes de cargo efetivo que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.
 - (B) constitucional: formalmente, uma vez que não há iniciativa privativa para alteração da lei; e materialmente, em relação tanto ao limite de remuneração a partir do qual os servidores serão inscritos no plano de previdência complementar, como ao universo de atingidos com a medida.
 - (C) inconstitucional formalmente, por violar iniciativa privativa do chefe do Executivo para a matéria, vício que não se convalida com a sanção governamental, embora não padeça de vício, sob o aspecto material.
 - (D) inconstitucional, materialmente, por atingir os ocupantes de cargo efetivo que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar, embora não padeça de vício, sob o aspecto formal.
 - (E) inconstitucional: formalmente, por violar iniciativa privativa do chefe do Executivo para a matéria, vício que não se convalida com a sanção governamental; e materialmente, no que se refere ao limite de remuneração a partir do qual os servidores serão inscritos no plano de previdência complementar.



34. Lei complementar de determinado Estado, que disciplina a organização do Ministério Público respectivo, estabelece o procedimento a ser seguido nos inquéritos civis, no âmbito da instituição, bem como a repartição de atribuições entre seus membros para atuar em inquéritos civis e ações civis públicas. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), sob o aspecto formal, as disposições legais em questão são
- (A) inconstitucionais, por violação à competência da União para editar normas gerais em matéria de competência legislativa concorrente, cabendo serem objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF.
 - (B) constitucionais, tratando-se de exercício regular de competência legislativa do Estado, embora, em tese, caiba serem objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF.
 - (C) constitucionais, tratando-se de exercício regular de competência legislativa do Estado; e, em caso de existência de controvérsia judicial relevante sobre sua aplicação, cabe serem objeto de ação declaratória de constitucionalidade, perante o STF.
 - (D) inconstitucionais, por violação à competência da União para, mediante lei de iniciativa do Presidente da República, dispor sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, cabendo serem objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF.
 - (E) inconstitucionais, por violação a competência legislativa privativa da União, cabendo serem objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF.
-
35. Certo julgamento, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, teve como fundamento princípio constitucional que, nos termos consignados no acórdão respectivo, é aplicável a procedimentos estatais, em três sentidos: "O primeiro é o de garantir a definição da situação jurídica de arguidos perante os procedimentos sancionatórios estatais, evitando a prorrogação do contexto de incerteza. O segundo é o de conferir estabilidade às relações jurídicas dos envolvidos, fundamento do próprio Estado. O terceiro é o de proporcionar condições de apuração da verdade em lapso temporal que impeça a degradação da integridade probatória, e não dificulte excessivamente a atividade defensiva, porque acusações remotas tendem a impedir ou prejudicar demasiadamente o exercício da ampla defesa. A diretriz é a de evitar a submissão de investigados a procedimentos infundáveis, sem robustos e concretos avanços investigatórios, por prazo desarrazoado e destituídos de elementos mínimos de materialidade, autoria ou elemento subjetivo."
- Consideradas essas características, o princípio em questão é consagrado em norma da Constituição Federal, segundo a qual
- (A) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
 - (B) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
 - (C) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, nem será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
 - (D) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
 - (E) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Direito Administrativo

36. O servidor responsável pelo processo de permissão de uso oneroso de um imóvel público formalizou o respectivo termo de outorga de uso em favor do interessado, selecionado mediante inexigibilidade de licitação. Posteriormente foi constatado que o laudo de avaliação que apurou a remuneração cabível pela outorga de uso tinha considerado a dimensão do bem equivocadamente, resultando em valor inferior ao de mercado. O servidor que conduziu o processo
- (A) poderá ser responsabilizado disciplinarmente, mas não resta configurado ato de improbidade, pois não foi constatado dolo específico na conduta.
 - (B) não será responsabilizado civil ou disciplinarmente, vez que o prejuízo verificado foi materializado em função de caso fortuito, o que exclui o nexo de causalidade, necessário para caracterizar a responsabilidade pessoal do servidor.
 - (C) poderá responder por ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, diante da caracterização de negligência na condução do processo administrativo, o que desatende os princípios da legalidade e da moralidade públicas.
 - (D) será responsabilizado por ato de improbidade, tendo em vista que não atuou de forma diligente, ensejando prejuízo ao erário.
 - (E) deverá revogar o ato de permissão de uso, tendo em vista o vício de legalidade na avaliação do imóvel.



37. A recém-criada agência reguladora de transportes de determinado ente federado precisa contratar servidores para desempenho de suas funções institucionais, e serviços de suporte às suas atividades administrativas, como limpeza e vigilância. Considerando que se trata de pessoa jurídica de direito público instituída por lei, a agência reguladora
- (A) deverá, na qualidade de autarquia, proceder à contratação dos serviços de suporte com base na Lei de Licitações, assim como realizar concurso público para contratação de seus empregados.
 - (B) deverá, na qualidade de autarquia, realizar concurso público para nomeação de servidores sujeitos ao regime estatutário, tendo em vista que integra a Administração Pública Direta.
 - (C) poderá, como empresa pública ou autarquia, promover processo seletivo próprio para a contratação de servidores e de serviços, não se submetendo, como regra geral, ao princípio licitatório.
 - (D) poderá, como autarquia, realizar contratações sob regime jurídico de direito privado quando se tratar de objeto relativo a seu patrimônio, este que não se submete a regime jurídico de direito público.
 - (E) poderá, na qualidade de fundação pública, contratar, diretamente, empregados sob o regime celetista, tendo em vista que se trata de pessoa jurídica distinta da Administração Central, não se submetendo ao princípio do concurso público.
-
38. Caso determinado município pretenda contratar uma parceria público-privada para construção e gestão de novos equipamentos de ensino, bem como para reforma e gestão de algumas unidades de ensino já em funcionamento, poderá
- (A) contratar uma concessão patrocinada, vedado o aporte de recursos públicos para qualquer finalidade, tendo em vista que adicionalmente à contraprestação será autorizada a cobrança de tarifa do usuário direto do serviço.
 - (B) licitar a contratação de uma concessão administrativa, acrescendo à tarifa cobrada dos usuários o pagamento de uma contraprestação fixa, a partir da inauguração do primeiro equipamento.
 - (C) licitar a contratação de uma concessão patrocinada, esta que admite o pagamento de aporte, somado à contraprestação mensal devida à concessionária a partir da assinatura do contrato.
 - (D) desenvolver modelagem para licitação de uma concessão administrativa, com possibilidade de previsão de aporte por parte do Poder Público para fazer frente ao custo das obras de construção dos equipamentos públicos.
 - (E) contratar uma concessão administrativa, tendo em vista que será o destinatário do serviço, mas não será admitido aporte de recursos públicos para custear obras e aquisições de bens reversíveis, mecanismo exclusivo das concessões patrocinadas.
-
39. Considere que a Administração Pública pretenda celebrar parceria com uma entidade para desenvolvimento de serviço de fornecimento de refeições a custo módico para a população em situação de rua. A implementação do projeto poderá se dar por meio
- (A) da realização de chamamento público para celebração de termo de colaboração com entidade da sociedade civil sem fins lucrativos.
 - (B) de chamamento público para celebração de acordo de cooperação com entidade sem fins lucrativos, pública ou privada, de modo que o Poder Público possa repassar recursos para execução dos serviços.
 - (C) de licitação para contratação de entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, para prestação de serviço não oneroso de fornecimento de refeição, com regime contratual fundado na Lei federal nº 14.133/2021.
 - (D) de realização de licitação, com procedimento previsto na Lei federal nº 14.133/2021, para celebração de termo de fomento regido pela Lei federal nº 13.019/2014 e sem finalidade lucrativa, admitida a remuneração pelos serviços prestados e o ressarcimento dos custos incorridos para execução do objeto da parceria.
 - (E) de delegação de serviço público, por meio de concessão ou permissão de serviço público, de forma que a concessionária preste o serviço de fornecimento de refeições, sem finalidade lucrativa.
-
40. O deferimento do pedido de concessão de uma gratificação em favor de um servidor baseou-se em informações imprecisas, uma vez que o requerente não tinha completado o tempo de serviço necessário para tanto. O cenário fático apresentado indica
- (A) a possibilidade de convalidação do ato administrativo, embora viciado, tendo em vista ser o vício sanável.
 - (B) ser caso de anulação do ato administrativo, ante o vício de motivo identificado, desde que não tenha decorrido o prazo prescricional para tanto.
 - (C) a necessidade de anulação judicial do ato administrativo, sob pena de caracterização de desvio de finalidade e enriquecimento ilícito do servidor.
 - (D) a necessidade de desfazimento do ato administrativo, mediante revogação pela autoridade que concedeu a gratificação.
 - (E) que o ato administrativo deve ser anulado, diante do vício de competência identificado supervenientemente.

**Direito Previdenciário e Legislação Previdenciária**

41. Roberto Carlos, servidor público com cargo efetivo no Estado do Piauí, tendo contribuído regular e metodicamente, sem atrasos, toda sua vida funcional para o regime previdenciário do Estado, após sofrer mal súbito, vem a falecer, em 24 de abril de 2023. Ele era divorciado de Mariane, que recebia pensão alimentícia estabelecida judicialmente, e vivia em companhia de sua mãe, Maria, que vivia às suas expensas, e de Israel, com 28 anos de idade, irmão com incapacidade permanente e deficiência intelectual. Considerando esta situação hipotética, a pensão por morte de Roberto Carlos será devida a
- (A) Maria, apenas.
 - (B) Mariane, Maria e Israel.
 - (C) Mariane e Israel, apenas.
 - (D) Mariane, apenas.
 - (E) Maria e Israel, apenas.
-
42. Considere a situação do servidor público do Estado do Piauí: que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da Emenda à Constituição estadual nº 54/2019; cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes; e que tenha cumprido o tempo mínimo de 20 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma da lei. Dadas essas condições o servidor poderá aposentar-se quando o total da soma de pontos resultante da sua idade e do tempo de contribuição e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de:
- I. 62 pontos e 12 anos.
 - II. 66 pontos e 15 anos.
 - III. 76 pontos e 20 anos.
 - IV. 86 pontos e 25 anos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I, II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) II, III e IV.
-
43. No que se refere à manutenção e à filiação dos servidores públicos do Estado do Piauí ao respectivo Plano de Benefícios Previdenciários, do Regime de Previdência Complementar, a Lei estadual nº 6.764/2016 estabelece que poderá permanecer filiado o participante
- I. cedido a outro órgão da Administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - II. que optar pelo benefício proporcional diferido ou pelo autopatrocínio, na forma estabelecida pelo órgão regulador das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e no regulamento de cada Plano de Benefícios Previdenciários.
 - III. afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração.
 - IV. cedido a outro ente da Administração pública indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exceto empresas públicas e sociedades de economia mista.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III e IV.
-
44. De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social,
- (A) sendo que a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
 - (B) competindo ao Poder Público organizá-la, com base, entre outros, no seguinte objetivo: caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
 - (C) sendo que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social integram o orçamento da União.
 - (D) sendo ela financiada por toda a sociedade, apenas de forma indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (E) sendo ela financiada mediante recursos provenientes dos orçamentos públicos e, dentre outras, da contribuição social incidente sobre os rendimentos do trabalho pagos pela empresa, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que com vínculo empregatício.



45. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o acréscimo de 25% à aposentadoria por incapacidade permanente, previsto na Lei nº 8.213/1991,
- (A) é devido, nos termos da lei, aos segurados beneficiários dessa modalidade de aposentadoria que comprovem a necessidade de assistência permanente de outra pessoa.
 - (B) é inconstitucional, por estabelecer diferenciação entre segurados beneficiários de uma mesma espécie de aposentadoria.
 - (C) é inconstitucional, devendo ser restituídos aos cofres públicos os valores recebidos a esse título por força de decisão administrativa.
 - (D) é devido aos segurados beneficiários dessa modalidade de aposentadoria, sendo automaticamente extensível aos beneficiários de outras modalidades, em observância ao princípio da universalização.
 - (E) é constitucional, podendo ser estendida por decisão judicial aos beneficiários de quaisquer modalidades de aposentadoria.
46. No que concerne às modalidades de aposentadoria para os servidores públicos submetidos ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí, em conformidade com a legislação pertinente, considera-se que
- (A) são contemplados apenas com as seguintes espécies de aposentadorias: Compulsória, por Incapacidade permanente e Voluntária.
 - (B) a aposentadoria compulsória é a modalidade por meio da qual o servidor decide aposentar-se após cumprir os requisitos de idade e tempo de contribuição, de acordo com a legislação vigente.
 - (C) a aposentadoria especial é concedida no momento em que o servidor atinge a idade limite de permanência no serviço público, que é de 75 anos, sendo aposentado compulsoriamente.
 - (D) a aposentadoria por incapacidade permanente, no cargo em que estiverem investidos, é a concedida aos servidores que são considerados incapazes de retornar ao trabalho, quando insuscetíveis de readaptação, devendo ser realizadas avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.
 - (E) a aposentadoria voluntária consiste na aposentadoria destinada a categorias específicas, como servidores com deficiência, policiais civis e penais, professores e servidores expostos a agentes nocivos.
47. Joana, segurada empregada do Regime Geral de Previdência Social, tem 29 anos de contribuição e 55 anos de idade. Ela sofreu acidente de trabalho há 6 anos, tornando-se pessoa com deficiência (PCD). Tanto a perícia médica quanto a perícia social confirmaram que Joana é PCD com grau leve. Nesse caso, Joana
- (A) poderá optar pela aposentadoria por tempo de contribuição ou pela aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, pois já preenche os requisitos necessários para a concessão de ambas.
 - (B) não terá direito à aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência com grau leve, pois não é considerada PCD pelo tempo mínimo exigido de 15 anos e não possui a idade mínima de 62 anos.
 - (C) terá direito à aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência com grau leve, pois já possui mais de 28 anos de contribuição, sendo que, para esta espécie de aposentadoria, não há idade mínima necessária fixada em lei nem a necessidade de ser PCD por tempo mínimo.
 - (D) terá direito à aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência com grau leve, concedida para quem tem 25 anos ou mais de contribuição, sendo que, para esta espécie de aposentadoria, não há idade mínima necessária fixada em lei nem a necessidade de ser PCD por tempo mínimo.
 - (E) terá direito à aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, pois já possui os 55 anos necessários por lei, sendo que, para esta espécie de aposentadoria, não é necessário ser PCD por tempo mínimo.
48. De acordo com a orientação do contador, a empresa RZ faz o recolhimento da cota patronal do salário-maternidade das suas empregadas que estão em licença-maternidade. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, tal recolhimento é
- (A) constitucional, pois se trata de diferenciação que encontra amparo no próprio texto da Constituição Federal, devendo o recolhimento incluir tanto a cota patronal quanto a cota da pessoa física incidente sobre o salário-maternidade.
 - (B) constitucional, devendo a empresa continuar a recolher a contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade, por se tratar de hipótese de incidência definida em lei.
 - (C) inconstitucional, pois o salário-maternidade não se trata de contraprestação pelo trabalho ou de retribuição em razão do contrato de trabalho, não se amoldando ao conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
 - (D) inconstitucional e, além da cota patronal, a empresa também deverá parar de recolher a parte da pessoa física da gestante, incidente sobre a sua remuneração.
 - (E) constitucional, pois se trata de contraprestação pelo trabalho ou de retribuição em razão do contrato de trabalho, amoldando-se ao conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.
49. João trabalhou como empregado na construtora XYZ por 15 anos ininterruptos. Pediu demissão para realizar outras atividades, mas não deu certo. Ficou desempregado e sem contribuir por 5 anos. Dois anos atrás, conseguiu uma nova oportunidade como segurado empregado na empresa Solution. Foi desligado hoje da empresa. Nos termos da legislação pertinente, João manterá a qualidade de segurado por
- (A) nenhum dia mais, pois já perdeu a qualidade de segurado.
 - (B) até 24 meses, desde que comprove a situação de desemprego pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e do Emprego.
 - (C) até 12 meses, sem possibilidade de acréscimo ou prorrogação de prazo.
 - (D) até 36 meses, desde que comprove a situação de desemprego pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e do Emprego.
 - (E) até 24 meses, automaticamente.



50. De acordo com a disciplina constitucional acerca do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos,
- (A) observados os critérios estabelecidos em lei federal, o servidor que opte por permanecer em atividade após completar as exigências da aposentadoria voluntária fará jus a um abono, equivalente, no mínimo, ao valor de sua contribuição previdenciária.
 - (B) o regime de previdência complementar, instituído por lei do respectivo ente, oferecerá plano de benefício somente na modalidade contribuição definida e será efetivado apenas por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.
 - (C) as regras para cálculos dos proventos de aposentadoria serão fixadas em lei geral nacional, aplicável aos servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (D) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do Regime Próprio, ressalvadas as decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios estabelecidas no Regime Geral.
 - (E) aos ocupantes exclusivamente de cargos temporários, incluídos os cargos em comissão e mandatos eletivos, aplica-se o Regime Próprio e, aos ocupantes de empregos públicos, o Regime Geral de Previdência Social.

Direito Financeiro

51. Considere que o Estado tenha contratado diversas obras viárias e, ao final do exercício financeiro, não tenha logrado finalizar os pagamentos pelas etapas executadas, muito embora já houvesse efetuado as medições e atestado a adequação dos serviços. Considerando o procedimento de execução de despesa pública e suas fases, tem-se que:
- (A) a liquidação da despesa, ocorrida a partir da atestação, deverá ser cancelada e diferida para o próximo exercício a fim de que seja possível a inscrição da despesa como restos a pagar processados.
 - (B) em já tendo ocorrido o empenho e a liquidação, o valor devido deverá ser inscrito em restos a pagar e o pagamento poderá ser executado como despesa extraorçamentária no próximo exercício.
 - (C) já houve a liquidação da despesa, em função da atestação dos serviços executados, podendo o correspondente empenho ocorrer no exercício subsequente.
 - (D) os empenhos correspondentes deverão ser cancelados, sendo vedado o fracionamento das etapas de execução de despesas (empenho, liquidação e pagamento) entre exercícios diversos.
 - (E) a situação ensejará a inscrição da despesa como restos a pagar não processados, que deverão ser quitados até o exercício subsequente à conta das receitas correspondentes.
-
52. Considere que Pedro tenha se sagrado vencedor em uma ação judicial movida em face da Fazenda Pública e já conte com precatório expedido em seu favor. Ocorre que Pedro não deseja aguardar a data estimada para pagamento do referido precatório e pretende valer-se de outras alternativas que o regime constitucional oferece. Nesse sentido, poderá
- (A) solicitar o direito a "superpreferência", caso se trate de débito de natureza alimentar e caso Pedro possua mais de 60 anos, o que assegura a quitação integral no mesmo exercício de expedição do precatório.
 - (B) transacionar o crédito subjacente ao precatório, alienando-o no mercado de capitais, sendo que os títulos lastreados em tal crédito podem ser utilizados para pagamento de outorga de concessões.
 - (C) receber o valor do crédito à vista, independentemente de ordem cronológica, se concordar em abrir mão de juros de mora e correção monetária.
 - (D) celebrar acordo para recebimento do crédito de forma parcelada ou mediante dação em pagamento de ativos públicos, com desconto mínimo de 30% do valor de face.
 - (E) utilizar o crédito do precatório para quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor ou aquisição de imóveis de titularidade do mesmo, nos termos de lei de edição do respectivo ente.
-
53. O preceito constitucional de responsabilidade fiscal e que orienta a realização de despesas públicas conhecido como "regra de ouro"
- (A) determina que a realização de operação de crédito não pode superar as despesas de capital, ressalvada a autorizada mediante créditos adicionais suplementares ou especiais aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - (B) veda a realização de operações de antecipação de receita orçamentária, exceto sob a modalidade de securitização de créditos não tributários.
 - (C) proíbe a utilização de receitas de capital em despesas de custeio, salvo sob o regime de recuperação fiscal.
 - (D) estabelece o princípio do equilíbrio orçamentário, admitindo déficit fiscal apenas excepcionalmente, e não mais do que em dois exercícios consecutivos.
 - (E) determina que a despesa total de pessoal do ente não pode superar o percentual de 50% da receita corrente líquida.



54. Considerando a classificação de receitas públicas a partir de sua origem, tem-se que as denominadas receitas derivadas são obtidas a partir de
- (A) operações de crédito, financiamentos e securitização de créditos tributários e não tributários.
 - (B) arrecadação de imposto e de outros tributos (taxas e contribuições de melhoria), sendo, pois, provenientes do patrimônio do particular.
 - (C) alienação de ativos públicos, incluindo bens imóveis, móveis e participações acionárias.
 - (D) exploração econômica do patrimônio público, como concessões e arrendamentos, entre outros arranjos contratuais.
 - (E) dividendos e participações nos lucros de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Direito Civil e Direito Penal

55. Cessará, para os menores, a incapacidade civil:
- I. Pelo casamento.
 - II. Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
 - III. Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.
-
56. Luiz, ao adquirir um produto com vício aparente de qualidade que o torna impróprio ao consumo a que se destina, pretende exigir que o fornecedor restitua imediatamente a quantia paga, monetariamente atualizada. Considerando que o produto não é essencial e que a substituição das suas partes viciadas não compromete a qualidade ou características desse produto, não lhe diminuindo, dessa forma, o valor, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, nessa situação, Luiz
- (A) apenas poderá exigir imediatamente, alternadamente a sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou o abatimento proporcional do preço, não sendo a restituição do valor pago uma opção para ele.
 - (B) não poderá exigir imediatamente a restituição da quantia paga, pois a lei permite que seja requerido imediatamente apenas o abatimento proporcional do preço.
 - (C) não poderá exigir imediatamente a restituição da quantia paga, pois a lei permite que seja requerida imediatamente apenas a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
 - (D) apenas poderá exigir a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, no caso de o vício não ser sanado no prazo máximo de trinta dias.
 - (E) poderá exigir imediatamente a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada.

-
57. Alípio, funcionário público de determinado município brasileiro, agindo de forma dolosa, deu causa, sem autorização em lei, nos respectivos instrumentos contratuais, a prorrogação contratual em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública. Neste caso, de acordo com a tipificação dos crimes em licitações e contratos administrativos prevista no Código Penal, Alípio cometeu, em tese, o crime de
- (A) fraude em licitação ou contrato, previsto no artigo 337-L, do Código Penal.
 - (B) impedimento indevido, previsto no artigo 337-N, do Código Penal.
 - (C) contratação inidônea, previsto no artigo 337-M, do Código Penal.
 - (D) modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo, previsto no artigo 337-H, do Código Penal.
 - (E) afastamento de licitante, previsto artigo 337-K, do Código Penal.

-
58. Rinaldo, funcionário público, auditor fiscal de um determinado Estado Brasileiro, comparece na empresa "X" para realizar a fiscalização tributária, após suspeitas de que a referida empresa estaria suprimindo tributo, prestando declaração falsa às autoridades fazendárias. Quando Rinaldo chegou no estabelecimento para realizar a fiscalização, um dos sócios da empresa "X" lhe ofereceu R\$ 50.000,00 para deixar de elaborar o Auto de Infração e cobrar o tributo suprimido. Rinaldo aceita a promessa de vantagem oferecida e vai embora da empresa certificando que não há qualquer irregularidade. Neste caso, Rinaldo cometeu, em tese, crime
- (A) de concussão, previsto no artigo 316, do Código Penal, com pena prevista de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.
 - (B) de corrupção passiva, previsto no artigo 317, do Código Penal, com pena prevista de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.
 - (C) de peculato, previsto no artigo 312, do Código Penal, com pena prevista de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.
 - (D) de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 313-A, do Código Penal, com pena prevista de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.
 - (E) funcional contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/90, com pena prevista de reclusão, de 3 a 8 anos, e multa.

**Contabilidade Geral e Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

59. A empresa Tá Fácil S.A. apresentou, em 30/11/2023, os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial			
Empresa Tá Fácil S.A. – 01/01/2023 a 30/11/2023			
Ativo Circulante	R\$ 422.000,00	Passivo Circulante	R\$ 150.000,00
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 50.000,00	Fornecedores	R\$ 70.000,00
Aplicações financeiras	R\$ 80.000,00	Salários a pagar	R\$ 80.000,00
Estoques	R\$ 140.000,00		
Clientes	R\$ 152.000,00	Passivo Não Circulante	R\$ 172.000,00
		Financiamento	R\$ 172.000,00
Ativo Não Circulante	R\$ 160.000,00		
Investimentos	R\$ 100.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 260.000,00
Ativo imobilizado	R\$ 70.000,00	Capital social	R\$ 230.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 10.000,00	Reserva legal	R\$ 30.000,00
Total do Ativo	R\$ 582.000,00	Total do Passivo + PL	R\$ 582.000,00

Durante o mês de dezembro de 2023, a empresa Tá Fácil S.A. realizou as seguintes transações:

- Venda de mercadorias à vista no valor de R\$ 60.000,00, sendo que o custo das mercadorias vendidas correspondente foi de R\$ 27.000,00;
- Pagamento de parte do saldo da conta de salários a pagar no valor de R\$ 20.000,00;
- Recebimento de parte do saldo da conta de clientes no valor de R\$ 52.000,00;
- Reconhecimento de depreciação mensal no valor de R\$ 800,00;
- Compra a prazo de mercadorias no valor de R\$ 45.000,00.

Com base apenas nas informações fornecidas e considerando as transações ocorridas durante o mês de dezembro, o Balanço Patrimonial da empresa Tá Fácil S.A. apresentará, em 31/12/2023, saldo de

- (A) Passivo Total (Circulante e Não Circulante) mais Patrimônio Líquido no valor de R\$ 607.000,00.
- (B) Ativo Circulante no valor de R\$ 435.000,00.
- (C) Ativo Não Circulante no valor de R\$ 160.000,00.
- (D) Ativo Total (Circulante e Não Circulante) no valor de R\$ 639.200,00.
- (E) Passivo Total (Circulante e Não Circulante) no valor de R\$ 367.000,00.

60. A Lei nº 6.404/1976, e suas alterações, estabelecem as definições das operações de resgate, amortização e reembolso de ações em companhias abertas. Sobre este tema, considere.

- I. O resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação e implica na redução do capital social.
- II. A amortização consiste na distribuição aos acionistas, a título de antecipação e sem redução do capital social, de quantias que lhes poderiam tocar em caso de liquidação da companhia.
- III. O reembolso é a operação pela qual a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembleia geral o valor de suas ações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.



61. Considere as seguintes informações sobre a aquisição e distribuição de cestas básicas por uma entidade pública:
- Em 04/12/2023, ocorreu o empenho de despesa para a aquisição de 100 cestas básicas, pelo valor total de R\$ 16.000,00.
 - Em 15/12/2023, o fornecedor entregou as 100 cestas básicas à entidade e um crédito empenhado em liquidação foi registrado pelo valor total empenhado.
 - Em 18/12/2023, ocorreu a liquidação da despesa pelo valor total empenhado.
 - Em 22/12/2023, as 100 cestas básicas foram gratuitamente distribuídas pela entidade às pessoas em situação de vulnerabilidade financeira.
 - Em 08/01/2024, a despesa foi paga pelo valor total empenhado.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, a referida entidade

- (A) registrou um passivo permanente em 04/12/2023 e um passivo circulante em 18/12/2023.
 - (B) teve o seu resultado patrimonial diminuído em 22/12/2023.
 - (C) teve o seu resultado de execução orçamentária diminuído em 08/01/2024.
 - (D) teve o seu resultado de execução orçamentária diminuído em 22/12/2023.
 - (E) inscreveu R\$ 16.000,00 em restos a pagar não processados em 31/12/2023.
-
62. Quanto às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estabelece que
- (A) o Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2023 apresenta a despesa empenhada em outubro de 2023 para a aquisição de materiais de escritório como Passivo Permanente.
 - (B) a Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta a despesa paga para a aquisição de um veículo novo como Variação Patrimonial Diminutiva.
 - (C) a Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a despesa empenhada para a aquisição de materiais de limpeza como desembolso nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (D) o Quadro Principal do Balanço Orçamentário apresenta as previsões de Receita Patrimonial, de Contribuições e com Depósito em Caução como Receitas Correntes.
 - (E) o Balanço Financeiro referente ao ano de 2023 apresenta os valores inscritos, em 31/12/2023, em restos a pagar processados e não processados como Recebimentos Extraorçamentários.

Administração Geral

63. O modelo de liderança situacional, desenvolvido por Paul Hersey e Kenneth Blanchard, propõe a ênfase
- (A) no grau de resiliência do líder, sustentando que situações de extrema pressão são desejáveis para moldar uma liderança eficaz.
 - (B) na variável psicológica do líder, preconizando que líderes que delegam atribuições são mais eficientes em qualquer cenário.
 - (C) no ambiente em que a organização se insere, propondo que o líder module seu comportamento conforme as variáveis exógenas.
 - (D) nos liderados, introduzindo como variável de ajuste do comportamento do líder o grau de maturidade dos liderados.
 - (E) no caráter do líder, sustentando que líderes tidos como carismáticos são, na verdade, autocráticos e sabotam o desenvolvimento dos liderados.
-
64. No contexto da evolução das escolas administrativas, constituem marco relevante na Escola Clássica os conceitos introduzidos pelo engenheiro francês Henri Fayol, que apresentou alguns princípios da administração, entre os quais o da cadeia escalar,
- (A) que propõe a departamentalização da organização de forma divisional, com instituição de centros de resultados independentes.
 - (B) que representou uma quebra de paradigma em relação à unidade de direção, propondo uma estrutura transversal de comando.
 - (C) que corresponde à linha de autoridade que parte do principal executivo e desce, sem descontinuidade, até os níveis inferiores da organização.
 - (D) segundo o qual cada colaborador deve alçar ao menos 5 níveis na escala organizacional durante a sua carreira na organização.
 - (E) aplicável ao processo de produção de bens e serviços, predicando que deve haver uma sequência pré-ordenada entre os insumos aplicados.

**Economia**

65. Nas relações entre tributação e atividade econômica, pode-se destacar
- (A) que um imposto sobre um determinado bem, cobrado dos consumidores, é sempre integralmente pago por estes.
 - (B) a resultância anticíclica do tributo progressivo sobre a renda disponível, conhecida como "Efeito Lafer".
 - (C) que os impostos regressivos geram uma contribuição proporcionalmente maior que o incremento ocorrido na renda.
 - (D) a redução da arrecadação global como resultado da elevação das alíquotas de impostos, a partir de um determinado patamar.
 - (E) o "Efeito Olivera-Tanzi", que estabelece que a arrecadação fiscal real tende a aumentar em períodos de aceleração inflacionária.
-
66. Uma característica da teoria quantitativa da moeda é dada pela
- (A) volatilidade da velocidade da moeda.
 - (B) causalidade dos preços para a quantidade de moeda.
 - (C) neutralidade da moeda no longo prazo.
 - (D) condição de dependência das variáveis "velocidade" e "produto".
 - (E) desnecessidade da moeda na abordagem dos saldos monetários.
-
67. O Sistema Financeiro Nacional apresenta estrutura envolvendo diferentes autoridades e agentes, cabendo
- (A) a presença de entidades de autorregulação, como a AMBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
 - (B) à Comissão de Valores Mobiliários decretar a liquidação das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários que atuam no mercado de capitais, para saneamento.
 - (C) a disponibilização, pelas instituições de pagamento, de serviços de contas eletrônicas e de operações de crédito.
 - (D) ao Banco Central do Brasil garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, o que é coordenado por meio do Comitê de Estabilidade Financeira.
 - (E) às agências de fomento o financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na região do país onde tenham sede.
-
68. A tabela abaixo apresenta em sua coluna da esquerda diferentes taxas de câmbio relacionando Real por Dólar americano; a coluna da direita traz o preço do quilo do café em dólares americanos.

Taxa de Câmbio R\$ por US\$	Preço do Café em US\$
A. 2,00	3,00
B. 1,00	3,00

A partir da variação cambial apresentada na tabela (de A para B), o comportamento dos agentes envolvidos na exportação (nacionais) e importação (estrangeiros) de café, com tudo mais constante, nos traz que

- (A) não há impacto sobre o comportamento desses agentes.
- (B) os importadores de café desejam importar mais.
- (C) os exportadores de café desejam exportar menos.
- (D) os importadores de café desejam importar menos.
- (E) os exportadores de café desejam exportar mais.



Noções de Ciências Atuariais em Previdência

69. Um participante de um RPPS, hoje aposentado, teve acesso a um benefício pago no início de cada ano a partir do momento em que ele completou 55 anos. Hoje, ele possui 67 anos e seu benefício é de R\$ 30.000,00 (ao ano), pago vitaliciamente.

Comutações			
$N_{55} = 1.870.000$	$M_{55} = 38.000$	$C_{55} = 500$	$D_{55} = 110.000$
$N_{67} = 806.000$	$M_{67} = 31.000$	$C_{67} = 700$	$D_{67} = 62.000$

Considerando o tempo de vida inteiro do aposentado e as comutações acima para o cálculo, se for feita uma avaliação atuarial na data de hoje o valor da provisão matemática a ser reconhecida para este benefício a este aposentado deverá ser igual a

- (A) R\$ 1.470.000,00
- (B) R\$ 120.000,00
- (C) R\$ 390.000,00
- (D) R\$ 510.000,00
- (E) R\$ 780.000,00
-
70. As informações abaixo foram obtidas aproximando-se os dados reais extraídos do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) do RPPS de um Estado brasileiro pertencente à região Nordeste, referente ao exercício de 2023:

Valores dos Compromissos	
Descrição	Geração Atual
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	R\$ 1.300.000.000,00
Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	
Valor Atual dos Benefícios Futuros – Encargos de Benefícios Concedidos	R\$ 24.300.000.000,00
Valor Atual das Contribuições Futuras – Benefícios Concedidos	R\$ 7.400.000.000,00
Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder	
Valor Atual dos Benefícios Futuros – Encargos de Benefícios a Conceder	R\$ 25.000.000.000,00
Valor Atual das Contribuições Futuras – Benefícios a Conceder	R\$ 26.600.000.000,00
Resultado Atuarial	

O Resultado Atuarial deste RPPS em 2023 foi igual a

- (A) –R\$ 14.000.000.000,00
- (B) –R\$ 17.200.000.000,00
- (C) R\$ 19.800.000.000,00
- (D) –R\$ 16.600.000.000,00
- (E) R\$ 2.900.000.000,00

**DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: itens 10.2 Para o cargo de Analista Previdenciário, a Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de uma questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, a solução. [...] 10.6 Para o cargo de Analista Previdenciário, a Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta). 10.7 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados nas provas. 10.8 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.9 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.9.1 fugir ao tema proposto; 10.9.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.9.3 for assinada fora do local apropriado; 10.9.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.9.5 estiver em branco; 10.9.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.9.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.10 Respostas que apresentarem trechos reproduzidos de textos já divulgados em fontes de acesso público a que a Banca Examinadora tenha acesso, ou que apresentem cópia de trecho dos textos motivadores, de questões ou textos da prova objetiva, poderão ser penalizadas com redução drástica da nota. [...] 10.12 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 linhas estabelecido para responder a questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.13 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.14 Eventuais marcações nos enunciados das questões, que não excedam a palavras sublinhadas ou circuladas, não trarão prejuízo à correção da prova.

QUESTÃO 1

Basílio é policial militar do Estado do Piauí, tendo ingressado em 01/01/1995. Percebe como remuneração básica o salário de R\$ 4.000,00, acrescido de ajuda de custo de R\$ 700,00 e R\$ 1.200,00 de verba compensatória pelo exercício de função de confiança, tendo em vista que há 3 anos tem exercido chefia do departamento pessoal da corporação, verba esta não incorporada ao salário. Basílio já implementou as condições para transferência para inatividade a pedido, e requereu um parecer acerca de cálculo de proventos de inatividade. Você, como Analista Previdenciário, terá que elaborar um relatório acerca do caso. Basílio, por não ser casado, não ter filhos, esposa e nem herdeiros, solicita permissão, no caso de sua morte, que a pensão por morte seja paga a seu melhor amigo, Anacleto, o qual não possui condições financeiras de garantir sua própria subsistência. Na hipótese descrita, responda fundamentadamente, conforme legislação estadual aplicável:

- Qual o valor atual da contribuição previdenciária de Basílio e qual o montante que o Estado do Piauí deve depositar mensalmente a esse título?
- Tendo implementado as condições para transferência a pedido para inatividade, Basílio tem alguma vantagem em permanecer em atividade? Se sim, como se operacionaliza tal vantagem?
- Optando pela transferência para inatividade haverá alguma incidência de contribuição previdenciária nos proventos de Basílio, tendo em vista que o mesmo ingressou há mais de 25 anos no serviço público?
- Com relação à possibilidade de com a morte de Basílio sua pensão ser paga para Anacleto, como seria o parecer?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	



19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO